

**POR UMA PEDAGOGIA DA ESPADA: SABERES TRADICIONAIS NA GUERRA DE
ESPADAS EM CRUZ DAS ALMAS/BA****FOR A SWORD PEDAGOGY: TRADITIONAL KNOWLEDGE IN GUERRA DE
ESPADAS AT CRUZ DAS ALMAS/BA**Filipe Arnaldo Cezarinho¹

Resumo: O objetivo é analisar os saberes originários da produção das espadas na Guerra de Espadas, no município de Cruz das Almas-BA, enfatizando-os enquanto potenciais formativos. Considerando os pressupostos da concepção antropológica de Educação, entende-se que esferas socioculturais distintas frutificam múltiplas técnicas pedagógicas. Reconhecer a importância desses saberes é promover um olhar de ruptura epistêmica pautado pela perspectiva decolonial. A Guerra de Espadas é entendida neste trabalho enquanto Patrimônio Cultural Imaterial de sua população, em que pesem os desafios institucionais postos ao seu reconhecimento pelo processo de criminalização. Denomino de pedagogia da espada as experiências mediadoras na formação dos indivíduos no ato de confecção das espadas e, a partir dela, entendendo a educação patrimonial decolonial tendo como mote os atos de evocar, vivenciar e correlacionar saberes. Utilizaremos dados variados como: fotografias, textos literários, jornais, documentos oficiais e outros.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial. Educação Patrimonial Decolonial. Diversidade.

Abstract: The goal is analyzing the knowledge from manufacturing in Guerra de Espadas, in the town Cruz das Almas-BA, evocating them while a cultural formation potential. Taking in consideration the assumptions on the anthropological conception of education, it is possible to realize that different sociocultural spheres engender several pedagogical techniques. Recognizing the importance from these knowledge is promoting an overview about epistemical rupture founded on the decolonial perspective. The swords war is understood as an intangible cultural heritage of the population from this town and of the espadeiros – sword masters. I designate as sword pedagogy the mediating experiences in individuals formation in the act of manufacturing the swords and, based on it, understanding decolonial heritage education having as its motto the acts of evoking, experiencing and correlating knowledge. It has been used various datas such as: photographs, literary texts, journal officials documents and other.

Keywords: Intangible Cultural Heritage. Decolonial Heritage Education. Cultural Diversity.

[Tradução livre] No começo o colonialismo era um produto de uma repressão sistemática [...]. Os colonizadores também impuseram uma imagem mistificada de seus próprios padrões de produção de conhecimento e significado. Primeiro, passaram seus modelos para longe do alcance dos colonizados. Mais tarde, ensinaram a eles uma forma parcial e seletiva, no intuito de

¹ Licenciado e mestre em História. Atualmente é doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/IFAM/Maués). Bolsista CAPES. Email: cezarinhohistoria@hotmail.com

cooptar alguns dos dominados para o interior de suas próprias instituições de poder. Assim a cultura europeia se fez sedutora: deu acesso ao poder. Depois de tudo, além da repressão, o principal instrumento de todo o poder é sua sedução.²

Aníbal Quijano (2007, p. 169).

Introdução

Um olhar que intercambia Educação e Cultura permite entender que práticas culturais também são capazes de produzir saberes. Dessa forma, que tipo e características têm os ensinamentos e aprendizagens tradicionais que emergem no *fazer* das espadas? Almejo neste artigo compreender os saberes presentes na produção das espadas na Guerra de Espadas em Cruz das Almas/BA. A Guerra de Espadas, conforme asseveram pesquisadores (as) e membros participantes da tradição, é uma prática centenária, estritamente vinculada aos festejos de São João, quando as pessoas saem às ruas para participar de pequenas batalhas lançando suas espadas de fogo (bambu preenchido com pólvora e barro) e “temperando” os dias 23 e 24 de junho com muita adrenalina e emoção. Grupos ou indivíduos se posicionam em lados opostos e assim iniciam pequenas batalhas pelas vias da cidade. Para que esse momento festivo e arriscado aconteça são necessários meses de dedicação na fabricação das espadas. Apesar da imbricada conexão entre os atos de fazer e tocar, o presente trabalho intenta analisar os saberes impelidos do processo de fabricação.

Despretensioso, mas o verbo *tocar* afigura-se enquanto mecanismo estratégico consciente de distinção das espadas se comparadas a outros fogos. Dizem que palavras têm poder. Elas classificam, selecionam, interditam, excluem ou estigmatizam. No caso presente, o termo causa o efeito de distinção. Sua eminência constitui, igualmente, uma

² [Original] “In the beginning colonialism was a product of a systematic repression [...]. The colonizers also imposed a mystified image of their own patterns of producing knowledge and meaning. At first, they placed these patterns far out of reach of the dominated. Later, they taught them in a partial and selective way, in order to co-opt some of the dominated into their own power institutions. Then European culture was made seductive: it gave access to power. After all, beyond repression, the main instrument of all power is its seduction”.

formulação de saber oriunda de espadeiros e espadeiras nas malhas das relações cotidianas. Não se sabe ao certo quando surgiu, porque pela oralidade foi sendo transmitida. Importa, no entanto, que abrimos uma janela utilizando-se de palavras para decodificar o que denominamos de *pedagogia da espada*.

O processo de produção das espadas de fogo se estabelece através de um saber/fazer tradicional que, até os dias atuais, mantém vinculações com a natureza, além de apresentar profícuas zonas de sociabilidade entre pessoas de diferentes gerações. Utilizando-me dos conceitos de Patrimônio Cultural Imaterial e Educação Patrimonial Decolonial busco entender o poder formativo existente nas experiências de *espadeiros* e *espadeiras*³.

A documentação arrolada abre acesso para decodificar todo esse movimento, penetrando no cotidiano desses agentes sociais. Perscruto as múltiplas operações de sentidos racionais e educativos que afirmem a importância pedagógica da Guerra de Espadas. Pautei-me pelo acesso a um vasto material bibliográfico, oferecendo destaque às investigações de caráter empírico, com notáveis referências a jornais e acervo audiovisual. As reflexões desenvolvidas também não podem ser dissociadas do acúmulo de experiências e vivências do autor como *espadeiro* e as disputas em que se insere pelo reconhecimento e valorização da prática cultural.

Guiei-me pelo método de análise de conteúdo que, grosso modo, implica na seleção dos documentos, caracterização/exploração dos dados pelo referencial teórico admitido para a pesquisa e reflexão cruzada apresentando os resultados (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015a). Ainda, o exame por meio de documentos permite traçar um panorama histórico do objeto: “Além disso, a utilização da pesquisa documental também é apropriada quando se deseja investigar um fenômeno já ocorrido e se estendeu por determinado tempo, buscando criar numa linha do tempo

³ O substantivo *espadeiro* (a) refere-se àquele (a) que produz ou toca espadas. Essa distinção é fundamental, sendo que nem todas as pessoas que tocam espadas são as produtoras delas. Nesse quesito, Adriana da Silva Oliveira (2012) os caracterizou de *espadeiros produtores* e *espadeiros consumidores*.

comportamentos de um determinado evento” (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015b, p. 246).

Uma abordagem decolonial revela, por si mesma, que aquele (a) que escreve está vinculado objetiva e subjetivamente ao seu objeto. Aqui não seria diferente. Enquanto pesquisador/espadeiro, deixo explícitas minhas subjetividade e vinculação com espadeiros e espadeiras da cidade de Cruz das Almas, assim como de outros municípios, a saber: Senhor do Bonfim, Serra Preta, Cachoeira, Governador Mangabeira, PeriPeri (Salvador), Conceição do Almeida e outros. Entretanto, o exercício que proponho não carece de densidade. Os efeitos que quero produzir, a partir deste texto, são aqueles que permitam desconfigurar imposições que têm sido geradoras de um epistemicídio avassalador, mesmo quando a resistência se propõe incansável.

Posso chamar, então, de implicação. Termo o qual não descola mais das pesquisas científicas, sejam elas das humanidades ou não, visto que toda produção do conhecimento irrompe de determinado lugar social (CERTEAU, 2013), caracterizando visões, ideologias, valores e normas de grupos em temporalidades circunscritas. Destarte, como fora apontado por Moacir Tavares Martins Filho e Paulo Capel Narval (2013, p. 645), ambos vinculados às Ciências da Saúde, “todo sujeito que se vê na tarefa de produzir conhecimento científico é, em sentido lato, um sujeito implicado”. Não interessa quem ou de onde escreva, certas tipologias de implicabilidade em sua ousada faceta intelectual são imperativas.

A pesquisa implicada é, acima de tudo, uma atitude política. Política no sentido macro do termo. As tramas da realidade social fazem-nos, conscientemente ou não, participantes de culturas, projetos de grupos e tendências que são carregados e diligenciados pelo pesquisador implicado, como no caso presente. Essa proatividade assumida gera um complexo atrelamento ao que Roberto Sidnei Macedo e Silva Michele Macedo de Sá (2018, p. 333) chamaram de “implicação socioexistencial, cultural, histórica e política na pesquisa”. É esse intercruzamento que conduzo a partir de agora.

A Guerra de Espadas: revelando a sua imaterialidade

Lembro-me, ainda bastante jovem, quando o meu padrasto José Filho (espadeiro) levou-me, juntamente com meu irmão, para atuar ativamente em algumas fases da confecção das espadas. Guardo na memória a empolgação, mas também toda a disposição para os serviços nada fáceis. Cozinhar bambu, pilar o barro, cessar o barro, cessar a pólvora, fazer a cera para passar no barbante e outras atividades extenuantes marcaram minha adolescência. Essas marcas que constituem a minha história não se limitaram a somente entender como as coisas funcionavam dentro dos quintais das casas populares. Ali, entre homens, mulheres e jovens aprendi o real significado de trabalho em grupo, coletividade, reciprocidade, harmonia, divisão das tarefas, atenção, sensibilidade, cuidado e ardor de meses de luta para a concretização das belas e desejáveis espadas de fogo.

Nos dias de São João⁴, saía para brincar de tocar espadas com familiares, vizinhos (as), amigos (as) e desconhecidos (as). A cada rua em que chegava era um confluir de alegria, adrenalina, risco e fogo. À medida que o dia ia passando, os olhares já se demonstravam tristonhos e a saudade já estava presente entre todos (as). Preparava-me para a despedida dos familiares que moravam em outras cidades e voltavam somente no São João. Contabilizando algumas queimaduras e acidentes, o São João e a Guerra de Espadas se despediam. A vida estava retroalimentada.

As espadas resultam de múltiplas operações dispendiosas (CEZARINHO, 2018; OLIVEIRA, 2012; PEIXOTO, 2012; TAVARES, 2012; WANDERLEY, 2016). Da sua primeira etapa de manufatura à última são reservados, aproximadamente, cerca de dois a três meses. De forma sintética, os lanços são os seguintes: extração do bambu; extração do barro; cozimento do bambu; enceramento do barbante (sisal); enrolamento do bambu pelo sisal; feitura da pólvora (enxofre, nitrato de potássio ou salitre e carvão);

⁴ As espadas são tocadas nos dias 23 e 24 de junho, principalmente. Por isso flexionei as datas.

enchimento do bambu com camadas de barro, pólvora e barro; granitar (furo feito na espada para a ligação com a camada de pólvora em seu interior); e a colocação do papel laminado nas extremidades da espada.⁵

Em 1968, o *Diário de Notícias*, jornal da capital baiana, Salvador, na seção *Nossa opinião*, ao relatar sobre as cidades que ainda mantinham vivas suas tradicionais festas juninas, evidencia a importância que a Guerra de Espadas possuía ao povo cruzalense:

Poucas cidades ainda a mantêm na sua plenitude com todo o requinte do foguetório e dos busca-pés e espadas. Um dos centros do interior que teimam em preservá-la neste aspecto, por exemplo, é a cidade de Cruz das Almas, com suas “guerras” juninas, verdadeiros desafios, que bem poderiam servir de atração turística se devidamente exploradas [...]. Os estabelecimentos comerciais colaboram cobrindo suas vitrines e o mesmo fazem os particulares, com suas janelas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 jun. 1968).

Ao lado da tônica pessimista, dadas as circunstâncias de progresso e modernidade identificados pelo próprio escritor do conteúdo jornalístico como ameaça às tradições juninas, a Guerra de Espadas aparece como uma espécie de resistência que mobiliza toda a cidade num movimento a contrapelo das tendências históricas, uma “rugosidade socioterritorial” (SANTOS, 1996). São revelados dois indicadores que conduzem para o entendimento da Guerra de Espadas como um baluarte cultural: seu caráter histórico e o fator pertencimento, que garantem certa identidade ao lugar. Fatores temporais e espaciais. A pertença a um ambiente não é automática ou mecânica, se constrói no tempo, numa história coletiva (MARTINS, 2015).

Mas há outras informações no jornal citado que fornecem pistas sobre a concepção de patrimônio histórico-cultural predominante à época, mas com repercussões no pensamento e nas práticas estatais contemporâneas. A mesma matéria revela: “Precisamos criar um órgão de defesa das tradições que possa incumbir-se de

⁵ Ressalto que as etapas foram apresentadas de forma superficial. Adriana da Silva Oliveira (2012), ao entrevistar o espadeiro Mundinho, identificou 27 fases distintas para produção das espadas. Para a presente proposta, apenas serão elucidadas algumas partes da fabricação que permitam alcançar os objetivos indicados para este artigo.

evitar o seu desaparecimento” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 jun. 1968). Ora, apesar das ideias vinculadas ao patrimônio já compusessem a realidade brasileira daquela época, a sua concepção estava restrita aos bens arquitetônicos ou objetos de arte.⁶ Isto é, as formas de vivenciar o mundo pelas comunidades locais eram destituídas de protuberância no cenário dos patrimônios culturais.

Já no final da década de 70, a Guerra de Espadas, em Cruz das Almas, transformou-se numa miríade cultural para o seu povo. Houve uma abertura ou democratização no acesso ao *saber/fazer*, antes reservados aos pouquíssimos fogueteiros. Destacava-se, então, a participação popular em massa que aprendera a produzir suas próprias espadas. Era o povo que dava o tom e o ritmo da brincadeira sem o agenciamento municipal ou estadual. Pontuou Ricardo Noblat a partir da revista *Veja*:

Originário do buscapé, mas sem estampido, a espada, de princípio, só era fabricada por fogueteiros experientes. Hoje, sua confecção é de domínio público. Basta que em um pedaço de bambu ou em um tubo de plástico se coloque a pólvora bem socada, em quantidades médias. Depois é soltar e correr – e, quanto mais se corre, mais se é perseguido pela espada, atraída pelo vácuo (NOBLAT, 1979, p. 47).

A difusão da Guerra de Espadas também deveu-se às dinâmicas econômicas. A crise do setor fumageiro (produção do fumo) na cidade acarretou na elevação do desemprego, fazendo com que trabalhadores (as) buscassem alternativas de trabalho (CASTRO, 2012, p. 220). Nesse compasso, a Guerra de Espadas situava-se como oportunidade de obtenção da renda familiar já que “[...] a produção destinada para a venda aumentava significativamente em Cruz das Almas, no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, levando a fabricação de espadas ser considerada profissão informal” (OLIVEIRA, 2012, p. 92). Nos anos 90, a Guerra de Espadas tornara-se

⁶ A criação de um mecanismo que valorizasse o patrimônio cultural no país, deu-se, efetivamente, em 1937, a partir de iniciativas regionais e, por outro lado, pela força intelectual da época. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, hoje conhecido pela sigla IPHAN, buscou criar meios educativos/formativos que dessem conta de elaborar políticas preservacionistas. Desde então, o movimento admitido pela instituição se centrou “na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar [...]” (IPHAN, 2014, p. 6). Havia, nessa conjuntura, claras intenções pedagógicas sobre os bens culturais e de preservação do patrimônio. Também, não menos importante, esse período foi crucial para o Brasil no que tange à constituição de um projeto de nação do governo de Getúlio Vargas.

referente cultural tão arraigado que, em 1995, foi destacada como peculiaridade dos festejos juninos na Bahia, como mostrou Daniele Lacerda no *Jornal do Comércio*, de Recife: “Para quem prefere algo diferente, tem encontro de folguedos no Piauí, bumba-meu-boi no maranhão, festival de quadrilhas em Fortaleza, guerra de espadas na Bahia e um grande evento de rua em Belo Horizonte [...]” (LACERDA, 1995, n/p).

A Guerra de Espadas, como descrita, apresenta todas as características de um Patrimônio Cultural Imaterial, ainda sendo meio propício de subsistência de trabalhadores e trabalhadoras impelidos (as) ao desemprego. As vendas das espadas cumprem papel relevante no comércio local. Mesmo reconhecida enquanto pilar cultural da cidade de Cruz das Almas, a Guerra de Espadas dividia e ainda divide opiniões entre moradores (as). Uma parcela da população concebe a tradição com maus olhos por causar danos às propriedades, além de provocar queimaduras e, em nível menor, episódios de óbitos entre participantes. Do outro lado, parte da população não a entende enquanto uma prática violenta e reafirma sua vitalidade identitária e cultural. Observando todo esse cenário conflituoso, tentativas de cerceamento se fizeram constantes desde o seu germinar no tempo, tornando-se mais ostensivas, pela via do discurso da normatização e das estratégias de criminalização judicial, nos anos 2000. Todavia, parece que as forças retentivas que buscavam freá-la nunca foram suficientes devido ao enraizamento da centenária tradição na tessitura social daquela comunidade. Os laços culturais, as memórias e as identidades conformavam os corpos dos indivíduos ao local e às práticas nos usos dos territórios. Falarei sobre isso mais adiante.

Atrelo a minha visão de Patrimônio Cultural Imaterial às contribuições de José Reginaldo Santos Gonçalves (2009, p. 25). A palavra patrimônio, enquanto categoria de análise, precisa ser cuidadosamente tratada. Por ser uma construção familiar ao mundo ocidental, mais especificamente o europeu, sua aplicação acrítica pode ser incompatível quando mergulhada em modelos culturais não-ocidentais. Estaria, dessa forma, friccionando um mecanismo interpretativo em realidades que não a concebem como tal. Segue o alerta feito pelo autor: “Nossa tarefa consiste em verificar em que medida ela está também presente em sistemas de pensamento não modernos ou tradicionais e

quais os contornos semânticos que ela pode assumir em contextos históricos e culturais distintos”. O jogo com a semântica é fundamental, nesses termos, uma vez que abre para aproximações do patrimônio com mecanismos ou arcabouços linguísticos elaborados em outras atmosferas culturais. Interessa saber se a população cruzalmense, dentro de um quadro semântico, reconhece a Guerra de Espadas como um patrimônio imaterial.

Retomando os pontos anteriores, de que saberes estamos falando quando olhamos para a Guerra de Espadas? Quais suas características? Busco, na seção seguinte, desbravar a existência de uma *pedagogia da espada*. Espero demonstrar que as expressões de maestria inatas à produção das espadas cumprem a função social de formar espadeiros (as) para vida em sociedade.

A pedagogia da espada: um instrumento formativo

O processo de produção das espadas de fogo se estabelece através de um saber/fazer geracional. Com certa objetividade, tratarei aqui de uma *pedagogia da espada*. Essa categoria fornece sentido às formas de ensinar e aprender existentes na Guerra de Espadas. Cogito que os processos de maestria engendrados, através da geração, formam espadeiros (as) e são utilizados nas expressões da vida concreta. Decorre, assim, a materialidade dos aprendizados oriundos da Guerra de Espadas e sua aplicabilidade real no seio social. Em outras palavras, o exercício construtivo de minha pesquisa se funda na apreciação de que os saberes da Guerra de Espadas, quando rompem as camadas das oficinas, isto é, os fundos dos quintais das casas populares, possibilitam meios e recursos para que espadeiros (as) integrem-se à sociedade.

A formação é o elemento central do debate proposto por Roberto Sidnei Macedo (2010, p. 21). Conforme sugere, se a formação ainda não pode ser tomada como um *campo*, no sentido atribuído por Pierre Bourdieu, observa-se que sua importância é cada vez mais sentida pela sociedade, principalmente no desdobrar das últimas décadas. A emergência de grupos sociais organizados potencializou pressões que reverberaram tanto no currículo quanto na formação. No intuito de dar inteligibilidade ao termo, o

autor afirma que *formação* se constitui das experiências dos indivíduos nas diversas instâncias da vida. Portanto, como “conjunto de condições e mediações para que certas aprendizagens socialmente legitimadas se realizem”. Em diálogo visível com a Filosofia e Antropologia, Macedo (2010) atrela a palavra *formação* ao ato de *compreender*. Movimentando argumentações ontológicas, indica que compreender está no âmago da realidade humana, sendo impossível desvencilhar-se dela. Nesse percurso, os pares *compreender* e *formação* são centrais em seu projeto intelectual. Digo dessa forma, pois é assim que o autor passa a demonstrar as limitações reflexivas da concepção sobre a formação, estando essas limitações circunstanciadas aos dispositivos pedagógicos e didáticos formais. Compreender a formação é situar-se na condição do *Ser* do homem (e da mulher) em sua totalidade, integralidade. É ir além dos limites arquitetônicos das instituições de saber. Pode-se considerar, ao mesmo tempo, que a criticidade operada pelo autor está direcionada ao modelo de educação capitalista, no qual a produtividade, rendimentos e números tornam-se mais importantes nesse sentido. Afirma o seguinte: “Por essa perspectiva, seria inalcançável também, o exercício da *metaformação*, ou seja, uma reflexão refinada e crítica do sujeito e dos coletivos sociais sobre a formação se realizando” (p. 30).

Imagens 1 e 2: Família Moraes no Processo de fabricação das espadas em 1994.⁷



Fonte: Fotos cedidas pela espadeira Mônica Moraes em (2021).

Como percebido, a ênfase de minha investigação está nos saberes técnicos da produção das espadas. Todavia, cabe informar que há saberes profundos que escapam à lógica tecnicista. Sociabilidade e reciprocidade são, no habitar das expressões sociais

⁷ Todas as imagens foram enviadas por espadeiras e espadeiros a partir de seus arquivos pessoais. A qualidade das mesmas não interfere nos objetivos aqui propostos.

íntimas entre espadeiros (as), grandes dimensões que germinam laços concretos de solidariedade, companheirismo e, não obstante, uma *pedagogia da espada* que se traduz em regras, normas e princípios na cadeia produtiva da espada. Assim se brota:

O mestre começa destacando que tanto no fabrico quanto na participação nas batalhas de espadas há que se compreender os ciclos, os estágios a seguir com dedicação e coragem para evoluir na trilha do se tornar um espadeiro “de verdade”. O Jota aprendeu cedo que para ir do besourinho à espada grande tem que aprender muito e observar com respeito as gerações experientes (CEZARINHO; DOURADO, 2021, p. 77).

Os saberes artesanalmente propagados por todo território cruzalmense foram detectados ainda em 1957, por meio da crônica de Mário Pinto da Cunha, incluída no pequeno livro organizado por Hermes Peixoto *São João e as criaturas movidas a fogo veloz*. Apresento um sucinto trecho da crônica: “E temos que reconhecer, também, que já ganharam fama, fazendo astros e escola, a técnica, perícia e audácia dos aficionados do original esporte, que tem algo de espartano” (CUNHA, 2003, p. 10). A palavra *escola* alude ao processo de formação que se efetiva no contato com o cotidiano, dentro dos recintos familiares e em pequenas oficinas armadas nos quintais das casas. Passo a identificar o germinar de uma montagem que visava a manutenção no tempo da Guerra de Espadas.

O ato de extração do bambu por parte de espadeiros (as), quando imbricados (as) às matas da região, revela um saber específico que indica relação de respeito para com o meio ambiente. Refiro-me às circunstâncias de coleta dessas gramíneas. Nesse quesito, foi elaborada e passada por gerações um *fazer* que, como mencionou Vilma Santos (2010, p. 25), atém-se às dinâmicas do tempo, da natureza. Assim, “[...] o fabricante sai nas encostas em busca do barro, em meio a [sic] mata na procura do bambu que só pode ser colhido na noite de lua cheia, caso o contrário ele apodrece [...]”.

Imagem 3: Extração do bambu para confecção das espadas de fogo.



Fonte: Foto cedida pelo espadeiro Roberto (2021).

Parece-me que os (as) espadeiros (as) desenvolveram um tipo de controle na hora da coleta do bambu pela região. Isto é, para evitar a extração predatória da taboca, espadeiros (as) somente poderiam retirá-la quando em dia de lua cheia. Essa interpretação parece factível quando aciono as contribuições de Jadir de Moraes Pessoa (2018, p. 96-97) sobre as peculiaridades existentes nos saberes populares: “O que ocorre é que nem sempre os sujeitos de um tempo [...] tinham recursos verbais para uma justificativa técnica de tais interdições. Então para dar conta de ensinamentos preventivos [...], o imaginário popular construía uma justificativa mágica, misteriosa, no plano do simbólico”.

O próximo saber popular aponta para a ciência Matemática. A fase de produção das espadas que mais se exige a astúcia matemática é a da furação. O processo envolve os seguintes instrumentos: cartolina, compasso de ferro, furador (brocador)⁸, paquímetro, caneta e o bambu já com o barro e a pólvora prensada. O compasso é manejado para determinar o diâmetro do bambu. Por ser oval, sempre há de se

⁸ Objeto perfurador similar a uma chave de fenda. É comumente conhecida entre espadeiros (as) pelo nome de brocador.

estabelecer uma média para cada um. Após ter encontrado o diâmetro do primeiro, trava-se o compasso e realiza o mesmo procedimento para com todos os outros bambus que possuam a mesma medida. Dessa maneira, entende-se que esses serão furados por um único brocador. O exercício se repete com bambus de diâmetros distintos nos quais serão atribuídos furadores também diferentes.

Com a medida tomada para um mesmo grupo de espadas, as duas pontas do compasso são friccionadas contra a cartolina fazendo duas linhas paralelas. Munido do brocador, é hora de marcar, com a ponta do objeto perfurante, a cartolina entre 5, 5,5 ou 6,0 de uma linha à outra. Feito, pega-se o paquímetro para confeccionar os brocadores. Se o padrão do primeiro grupo de espadas será furado com 5,5, então, divide esse valor pela medida do diâmetro da espada. Calculado, basta configurar o paquímetro para o resultado encontrado e ter-se-á o modelo do furador a ser usado.

Imagem 4: Espadas prontas para serem furadas.



Fonte: Foto cedida pelo espadeiro Roberto em (2021).

A furadeira foi inserida no processo de furação das espadas no intuito de dinamizar o tempo de trabalho. Com esse instrumento dar-se a primeira furação que é chamada de “falsa”. Isto é, serve somente para fazer a abertura nas camadas de barro

até à pólvora e, só depois, passar para a “broca real”, ou seja, com o furador que passou pelo cálculo dos espadeiros. Antes da furadeira, todo o processo era feito manualmente, o que acarretava em fadiga e calos nas mãos pelo esforço designado. Basta imaginar a repetição de uma mesma atividade com 50, 100 ou 200 dúzias de espadas (quantidades produtivas comuns para quem fabrica).

A fase de furar a espada é, reconhecidamente, a mais importante. Um desajuste no cálculo pode acarretar espadas mijonas (fracas) ou espadas bombas (que explodem). Portanto, a matemática formulada por espadeiros precisa ser exata. Saliento que as espadas não são dispositivos explosivos, não são confeccionadas para detonar. Quando ocorre é porque foram mal produzidas. São nos momentos que antecedem o São João que as espadas passam por testes. Se as espadas estiverem potentes, o melhor a se fazer é folgar a broca para que não venha explodir; se estiverem mijonas, então o movimento é o de diminuir a broca. Mais uma vez, tem-se o arregimentar de um sabe específico que se propaga nas interrelações nos lares de cada família.

Para finalizar, trago um dos mais instigantes saberes: o da manipulação de elementos químicos por parte de espadeiros (as). Com o objetivo de dar mais luz e embelezamento às espadas, esses produtores populares conseguem, a partir de misturas, elaborar cores diferentes que são usadas na hora de tocar a espada. Me refiro à *boca de cor*. Como pessoas comuns, com pouca ou nenhuma atividade especializada no campo da ciência química, desenvolveram tamanha aptidão para lidar com a manipulação de compostos complexos? Essa resposta só pode ser encontrada se realmente acolhermos o argumento de que há promoção de saberes tradicionais no envolvimento dessas pessoas com a confecção das espadas. A *boca de cor* não é um elemento obrigatório na constituição da espada. Essa elaboração é utilizada para dar cores diferentes às espadas na hora de tocá-las, requerendo misturas de materiais em medidas exatas. Pode-se produzir tonalidades distintas como: branca, amarela, vermelha, verde, azul e outras gradações de cores. Quais composições são usadas para cada uma delas? Destaco no quadro abaixo algumas delas:

Quadro 1: Relação dos materiais químicos para a produção da boca de cor das espadas.

Cores da boca de cor	Compostos utilizados para produção de cada boca de cor
Branca	Nitrato de potássio – 80g / Enxofre – 40g / Sulfeto de acianonio – 25g
Amarela	Colorato de potássio – 120g / Oxiato de soda – 80g / Goma-laca – 30g
Vermelha	Nitrato de estrôncio – 150g / Clorato de potássio – 50g / Enxofre – 25g / Licopódio – 10g / Sulfato de antimônio – 5g
Verde	Nitrato de bário – 120g / Clorato de bário – 45g / Goma-laca – 20g / Clorato de potássio – 20g / Enxofre – 15g
Azul	Clorato de potássio – 80g / Clorato de cobre – 20g / Goma laca – 10g

Fonte: Produzida pelo autor através da colaboração do espadeiro Cleo Rocha (2021).

Imagens 5 e 6: Momento de teste das bocas de cor vermelha e verde.



Fonte: Fotos cedidas pelo espadeiro Fabinho via grupo de *WhatsApp* (2021).

A arte de manipulação do fogo por parte de espadeiros (as) pode ser considerada um bem cultural imaterial. Possui todos os requisitos para isso, pois revela ser um saber gerado e perpassado comunitariamente, mantendo, dessa forma, os elos históricos entre passado e presente. Nesse quesito, é preciso lembrar das reflexões trazidas por Gonçalves (2005, p. 19). O patrimônio deve ter para os seus atores e atrizes significativa

relevância, não sendo uma mera “invenção” das instituições estatais. Nas palavras do autor, “os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público”. Como pôde ser observado pelos jornais, juntamente com a colaboração de espadeiros (as) para com esta pesquisa, o que não falta é aderência e consciência da Guerra de Espadas como Patrimônio Cultural Imaterial por parte desses sujeitos sociais.

A atual constituição brasileira, ao valorizar os saberes dos povos tradicionais, considerou, em seu Art. 216, que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem”: as formas de expressão; modos de fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas e; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arqueológico, paleontológico, ecológico, paisagísticos e científico (CONSTITUIÇÃO 1988, 2010, p. 58). Ainda, o Decreto N° 3.551, de 4 de agosto de 2000, que endossa os pressupostos sobre patrimônio inseridos na citada carta, instituiu quatro livros de registro que abarcam práticas populares tradicionais enquanto Patrimônio Cultural Imaterial. Os saberes oriundos da socialização com a fabricação das espadas se enquadrariam em um desses livros, a saber: o livro de registro de saberes. Nele são inscritos os conhecimentos e modos de fazer das comunidades (DECRETO N° 3.551/2000).

A pedagogia educativa da espada, processo desenvolvido no ofício, no labor da produção, não nega as contribuições da ciência. Como demonstrei, espadeiros (as) apropriam-se dos inventos para tornar mais eficiente a produtividade das espadas de fogo. Entretanto, a recíproca não é verdadeira. O exercício prático do conhecimento popular é negado por não ser autorizado a lidar com elementos que são, por assim dizer, monopólio do Estado e, conseqüentemente, da ciência. Todo esse distanciamento só pode revelar como está estruturada a sociedade ocidental, ou seja, a partir de linhas de força assimétricas. Quase que como um caminho “natural” o resultado é, pelo menos visto em experiências históricas passadas, a descaracterização e subordinação dos saberes populares instituindo-os enquanto crime.

Desafios ao reconhecimento: a criminalização da Guerra de Espadas e a colonialidade do poder/saber

Um dos coordenadores da atuação do MP em Cruz das Almas, promotor de Justiça José Reis, reforçou o caráter preventivo do combate à “guerra de espadas”, que se norteou pela preservação da vida e integridade das pessoas e do patrimônio público. “Nossa atuação buscou garantir que a população pudesse aproveitar o São João de forma mais segura, tendo seus direitos fundamentais, notadamente saúde e segurança, respeitados. Esse é o nosso papel. Realizamos uma campanha de conscientização da população e fortalecemos nossa atuação no combate à ‘guerra de espadas’, que é um crime previsto no Estatuto do Desarmamento. Nosso foco sempre será a população que necessita ter os seus direitos assegurados”, afirmou (BRITO; DAMASCENO, *site*, 2019).

Abro essa seção com o relato do promotor José Reis. A retórica envolve valores caros às sociedades modernas: direitos fundamentais, preservação da vida e conscientização. Por esses óculos analíticos, a Guerra de Espadas se fundamenta na perversão, inconsciência, anomia e violência. Seus praticantes não sabem o que fazem e, por isso, precisam ser direcionados para a salvação social através de instrumentos jurídicos coercivos. Não é o meu objetivo discutir minuciosamente o processo de criminalização da manifestação das espadas em Cruz das Almas⁹. Entretanto, uma leitura atenta e decolonial dessa documentação pode nos remeter ao lado obscuro da modernidade, o não reconhecimento da episteme do Outro, como bem nos mostrou Walter Mignolo (2007a, p. 43, tradução livre) ao afirmar que “a retórica da modernidade (salvação, novidade, progresso, desenvolvimento) andou de mãos dadas com a lógica da colonialidade. Em alguns casos, isso se deu através da colonização”.¹⁰

A fala do promotor ainda pode levar a identificar o que ele entende por patrimônio que, provavelmente, se atém à limitada concepção da “pedra e cal”. Visão essa que está afinada às categorias de patrimônio eurocentradas. Destacou Maria Cecília Fonseca (2003, p. 61-62), que as práticas e políticas de patrimônio, no Brasil,

⁹ Para isso ver: CEZARINHO, Filipe Arnaldo. **A Guerra de Espadas em Cruz das Almas (BA) – (1980-2011)**. 2018. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, PR, 2018.

¹⁰ [Original] “The rhetoric of modernity (salvation, newness, progress, development) went hand in hand with the logic of coloniality. In some cases, it was through colonization”.

tenderam a limitar-se às riquezas monumentais e arquitetônicas. Por isso, “tal situação veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia [...]”. É sintomático que produções populares avessas às características comuns do mundo europeu não fossem, assim, consideradas, como no caso da Guerra de Espadas.

As espadas, em Cruz das Almas, foram proibidas a partir de manobras dos servidores do Ministério Público local, mesmo quando o ato de criminalizar esteja fora de suas prerrogativas constitucionais. Não quero aqui descaracterizar seus argumentos que são, aos olhos de um (a) “intelectual colonizado (a)”, suficientes para acatá-los sem o devido crivo crítico. Para sintetizar, a estratégia foi atar a espada de fogo, um tipo de fogos de artifício, à condição de arma de fogo e enquanto dispositivo explosivo a partir do Art. 16 do Estatuto do Desarmamento (BRASIL, 2013). Sem qualquer análise técnica da pirotécnica e ultrapassando, principalmente, as fronteiras de sua atuação, observou-se o emergir de uma Ação Cautelar, em 2011, que suspendeu a tradicional festa. Ao circunscrever a espada no Estatuto, o MP passou para as mãos do Estado a sua gerência, pois explosivo é, pela legislação vigente, de uso restrito do Exército. Em 2015, provocado pelo MP, o Exército finaliza assim o parecer técnico sobre as espadas: “Por fim, apesar de o produto apresentar características similares aos fogos de artifício que permitem este enquadramento, não houve avaliação de critérios de confiabilidade e segurança à fabricação e ao manuseio; portanto este produto não deve ser comercializado” (PARECER TÉCNICO Nº 02/2015, 2015, p. 5).

Aqui tem-se, claramente, o exercício de poder das linhas abissais expostas por Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 73). Tais linhas, tanto imaginárias quanto reais, foram e continuam sendo sustentadas por dois grandes eixos aglutinadores do poder europeu: o conhecimento (científico, mas não só ele) e o direito. No que tange ao último, e jogando com as contribuições do sociólogo português sobre as categorias deste lado da linha e o outro lado da linha,

no campo do direito moderno, este lado da linha é determinado por aquilo que se reputa como legal ou ilegal de acordo com o direito oficial do Estado ou o direito internacional. Tal distinção central deixa de fora todo um território social onde essa dicotomia seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não reconhecidos oficialmente.

A intenção, diante desse prisma teórico, é a negação do Outro. Negação que fora escamoteada pelos ideais de ordem, salvação e civilização.

Contextualizando, em 2008, na iminência da proibição que aconteceria três anos depois, o Executivo municipal, através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, orientava para a preservação das tradições da cidade, enfatizando a cultura das espadas. A Guerra de Espadas apresentava respaldo cultural e valor inegável até mesmo em documentos oficiais que direcionavam as ações na cidade. Consta no Artigo 16 (inciso III) da Lei Complementar de Cruz das Almas:

Implementação de medidas que promovam e valorizem as manifestações culturais ligadas à comemoração do São João, em particular a ‘guerra de espadas’, promovendo-se a segurança adequada e esclarecimento dos espadeiros quanto aos procedimentos para uso dos fogos (LEI COMPLEMENTAR, 2008, p. 12).

Mesmo com todo o esforço empreendido pelos membros do legislativo municipal, a cultura das espadas foi negada pelo MP. A Ação Cautelar assim revelava:

Não há direito absoluto e imune a flexibilizações, ainda que tal direito advenha de costumes socialmente reconhecidos e transmitidos de geração a geração. Toda e qualquer tradição – e que isto se revele cristalino –, para que se mantenha no correr dos tempos, haverá de se pautar no mínimo de racionalidade possível, submetendo-se a releituras necessárias na dialética das relações sociais modernas e seus novos valores. Há seis séculos superamos a Idade Média. Balões, só mesmo para enfeite dos terreiros (AÇÃO CAUTELAR DE BUSCA APREENSÃO, 2011, p. 4).

A breve leitura desse documento, basicamente, informa indiferença e negação por parte dos agentes estatais, especificamente do MP¹¹. Costumes, práticas, tradições,

¹¹ Para análise do documento no campo do Direito, ver: PEIXOTO, Rafael Caldas Barros. **Direito e cultura: uma análise jurídica da Guerra de Espadas em Cruz das Almas – Bahia**. 2019. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Ciências e Empreendedorismo, Curso de Direito, Santo Antônio de Jesus – BA, 2019; MELO, Luiz Fernando Bastos de. **Espadas de São João, da tradição à proibição. A legalidade da manifestação cultural na cidade de Cruz das Almas – BA**. 2012. 62 f. Trabalho

saberes e fazeres que desvirtuam da racionalidade ocidental, historicamente, foram criminalizados ou atravessaram processos normativos que os conduziram para uma harmonização (ou domesticação) aos ditames da ordem, do progresso e dos preceitos civilizatórios. Intuo a existência de uma visão elitista de Patrimônio Cultural que proporciona, inevitavelmente, a hierarquização de saberes. A Guerra de Espadas passou a ser envolvida por discursos e práticas de controle e repressão. O intuito, atualmente, é descaracterizar sua historicidade, assim como todos os outros significados presentes que propiciaram a construção da memória e identidade de sua população.

Em meio ao conflito, a Câmara de Vereadores de Cruz das Almas criou a Lei N° 2191/2011, 21 de junho de 2011. Esse documento, sancionado pelo gestor municipal, expressava o seguinte: “Declara como Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Cruz das Almas, a queima de espadas, tradição em nosso município” (LEI N° 2191/2011, 2011, p. 1). Claramente, essa fonte demonstra o descompasso existente na época entre o Ministério Público e os poderes Legislativo e Executivo da cidade.

A hipótese que adoto neste trabalho é a de que o discurso de proteção social, inerente à envolvente retórica de membros do Ministério Público de Cruz das Almas, encobre formas de dominação estruturais que remetem à colonialidade do poder. Obviamente que manifesto tal entendimento a partir das contribuições de autores que partiram de uma ruptura epistemológica e que visibilizaram o Outro não-europeu (QUIJANO, 2007; MIGNOLO, 2007a; 2007b, 2007c; MALDONADO-TORRES, 2007; DÍAZ PÉREZ, 2017). O apagamento do Outro continua sendo uma prática exaustivamente atuante nas sociedades consideradas modernas. A distinção da colonialidade, quando comparada ao colonialismo, está na condição de que não há mais um agenciamento de instituições localizadas em outros países, como no caso das metrópoles que exerciam o poder sobre as colônias. Todavia, o poder se dissemina de maneira dissimulada e mascarada:

de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Curso de Direito, Vitória da Conquista, 2012.

[Tradução livre] Em resumo, a herança colonial é o conjunto de instituições, relações de poder, capitais culturais e elementos simbólicos que foram legados de um sistema, no qual, apesar de já não existir uma administração colonial, se mantém as relações assimétricas entre o antigo invasor e o invadido (DÍAZ PÉREZ, 2017, p. 130)¹².

A analítica decolonial exige uma provocação: se a Guerra de Espadas é uma prática cultural que tende a trazer riscos e acidentes aos participantes, o que seus atores e atrizes pensam e têm a dizer sobre isso? O programa decolonial, aquele que visa desestruturar a dominação colonialista, origina-se, exatamente, da perspectiva do Outro. Não significa dizer que tudo é permitido nas relações sociais. Mas cabe compreender que há outros simbolismos, racionalidades, valores, formas de viver/existir e ser/estar no mundo que também precisam ser reconhecidos. A negação histórica desse reconhecimento, pautada por uma ideologia e toda uma estrutura tecnológica da morte, conduziu agrupamentos humanos em diversos continentes à condição de escravização e ao extermínio (QUÍJANO, 2007). Nelson Maldonado-Torres (2007, p. 70, tradução livre) complementa assim: “A *atitude descolonial* nasce quando o grito de espanto frente o horror da colonialidade se traduz em uma postura crítica diante do mundo da morte colonial, e em uma busca pela afirmação da vida daqueles que são os mais afetados por tal mundo”.¹³

A negação do Outro pode ser traduzida pela fala do promotor do Ministério Público de Cruz das Almas, José Reis, quando de sua entrevista, em 2019, ao *A Tarde*, jornal de relevância na Bahia:

Suponha que no São João, numa cidade apaixonada pelo evento e para onde vão milhares de turistas, um grupo de pessoas se arme de porretes. Eles vão a um determinado local e começam a se agredir com os ditos instrumentos, também lesionando terceiros que por lá passam. Danificam casas, carros, bens públicos [...]. Substitua os porretes da situação hipotética por “espadas de fogo” e não haverá mais necessidade de imaginação. É o que ocorre em Cruz das

¹² [Original] “En suma, la herencia colonial es el conjunto de instituciones, relaciones de poder, capitales culturales y elementos simbólicos que fueron legados de un sistema colonial, en el cual, a pesar de ya no existir una administración colonial, se mantienen las relaciones asimétricas entre el antiguo invasor y el invadido”.

¹³ [Original] “La *actitud des-colonial* nace cuando el grito de espanto ante el horror de la colonialidad se traduce en una postura crítica ante el mundo de la muerte colonial, y en una búsqueda por la afirmación de la vida de aquellos que son más afectados por tal mundo”.

Almas, Senhor do Bonfim, Salvador (Periperi), Muritiba, Conceição do Almeida, São Felipe, Sapeaçu, Castro Alves e diversas cidades da Bahia (REIS NETO, A Tarde, 2019).

Poderia estar lidando com algo localizado e de pequena dimensão. Contudo, como situou o promotor, essa prática, que aos seus olhos faz-se por meio da violência, é deflagrada não apenas em Cruz das Almas, mas em muitos outros municípios. O que me leva a validar que esse fenômeno é significativo entre várias cidades e por um grande número de pessoas que concebe a Guerra de Espadas como manifestação cultural. Seriam essas pessoas desprovidas de racionalidade, consciência e, até mesmo, humanidade? O sentimento de anomia e violência que expressa o promotor outorga-o e o legitima-o para o acionamento de um tipo específico de violência que ganha respaldo do Estado e que, no final das contas, corrói outras experiências no tempo e espaço. Uma tipologia de pedagogia que opera destituindo espadeiros (as) de sua humanidade dentro da realidade histórica (FREIRE, 1987). Demonstro o funcionamento, e através de sujeitos, da colonialidade do poder em sua face mortificante.

Recentemente, em entrevista à emissora de televisão TV Bahia, o promotor de justiça Adriano Marques revelou:

[...] nós achamos, como Ministério Público, com a intenção de preservar a vida do cidadão, a integridade física do cidadão, de que pode haver outros tipos de forma dessa manifestação. Exemplo: cria-se o museu da espada, né? Cria-se amostras de como se fazia espadas antigamente, como ela era feita com todas as seguranças possíveis, vídeos, livros. Tantas outras manifestações que podem ser feitas para relembrar essa tradição secular (MARQUES, Jornal da Manhã, 2021).

O excerto supracitado serve-me como condição para finalizar esta seção e caminhar para a próxima. O que há de notório na fala do promotor é que a Guerra de Espadas, mesmo candente em Cruz das Almas (e nas outras cidades também), deve existir em seu estado de mumificação, no qual as vivências são subtraídas por uma percepção restrita de patrimônio cultural: a *museificação* da Guerra de Espadas. *Museificação* estéril, nesse caso. Expostas as discursividades dos empreendedores morais do MP, buscaremos, agora, alternativas dialógicas. A ideia é propor, através da

Educação Patrimonial Decolonial, caminhos que possibilitem uma convivência entre saberes populares e científicos.

A Educação Patrimonial Decolonial em três atos: evocar, vivenciar e a correlação dos saberes

Em minha concepção, a Educação Patrimonial Decolonial é um caminho eficaz. A Educação Patrimonial Decolonial vem corresponder ao quê? Superar falsas dicotomias que se apresentam na trincheira que colocou a Guerra da Espadas do outro lado da linha, do ilegal, do que, uma vez não reconhecido, é merecedor da morte no campo da política. O termo Educação Patrimonial foi popularizado no Brasil em 1983¹⁴. Inicialmente, como um recurso metodológico com o intuito de conscientizar a população acerca dos bens culturais. Procurava-se a ambientação de crianças, jovens, adultos e idosos em museus e monumentos. De fato, esse era o ponto de partida. Mas há outras peculiaridades passíveis de observância pela Educação Patrimonial:

A metodologia que propomos para a educação patrimonial, em suas diferentes etapas, pretende capacitar o aprendiz a dominar as técnicas e habilidades do historiador, ou do arqueólogo, ou do crítico de arte...; exercitar sua capacidade de trabalhar a partir das evidências, dos vestígios e fragmentos, da matéria perceptível, e, a partir daí, formular perguntas, propor hipóteses, comparar dados, deduzir, investigar, para finalmente elaborar sua própria interpretação da realidade analisada (HORTA, 2005, p. 228)

Todavia, essa percepção metodológica da Educação Patrimonial tinha vetores hierárquicos patentes, revelando a superioridade de agentes políticos e profissionais como sujeitos capazes de trazer luz às comunidades sobre os seus patrimônios culturais imateriais. Essa perspectiva passou por atualizações e críticas. Foram inseridos os princípios dialógicos à Educação Patrimonial, provocando arranhaduras nas perspectivas colonialistas de sua origem (FLORÊNCIO, 2012; SCIFONI, 2015;

¹⁴ A Educação Patrimonial, enquanto prática, como sugerem Mário Chagas (2013) e Átila Tolentino (2016), tem a sua origem ainda no século XIX e com evidentes ações no início do século XX. Para ambos os autores, o marco de 1983 não dá conta das práticas socioculturais que caracterizavam a educação patrimonial, mesmo quando esse termo fazia-se ausente: “[...] este entendimento, ainda que não se lançasse mão da expressão em debate, estava presente em práticas museológicas do século XIX e no serviço educativo do Museu Nacional, formalmente criando em 1926” (CHAGAS, 2013, p. 30).

TOLENTINO, 2018, 2019). Esses (as) autores (as) endossaram a relevância em potencializar as reflexões sobre a Educação Patrimonial:

Se, ao longo dos anos, as práticas em Educação patrimonial se ampliaram e se diversificaram, incrementando o campo de atuação, o mesmo não podemos dizer que ocorreu com a fundamentação teórica e a reflexão crítica sobre esse tema e sobre essas ações, o que coloca a urgência atual do debate e da construção coletiva desta fundamentação (SCIFONI, 2015, p. 204).

É assim que posso acrescentar o termo Decolonial. Educação Patrimonial Decolonial, objetivamente, é a mobilização coletiva e democrática entre os (as) protagonistas em seus lugares de existência (comunidade) e agentes intelectuais ou políticos em postura mútua. Nessa esteira da participação dialógica, se “[...] abre a possibilidade de construção coletiva do que é considerado patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, tendo em mente inclusive os conflitos que possam surgir nesse processo, o que implica debate, embate, dissenso, consenso” (TOLENTINO, 2019, p. 146).

Com isso, o ato um: *evocar*¹⁵ as racionalidades existentes nas práticas culturais comunitárias. Quer-se dizer com isso que não é função da Educação Patrimonial Decolonial produzir racionalidades, como se intelectuais e agentes políticos fossem os detentores da razão (iluminista) e da verdade. A função é a de *evocar* marcadores racionais nas práticas, místicas e linguagens propaladas a partir das comunidades e com elas. Pretendo aqui indicar que também se gera conhecimento na cotidianidade da tradição no processo produtivo das espadas. Esse corte é significativo, pois opera na ruptura de um mal hábito que habita o mundo ocidental de que só as suas instituições de saberes são capazes de produzir conhecimento. Isto é, para não cair na generosidade europeia, é fundante considerar que “a produção de conhecimentos para promover a

¹⁵ A palavra foi acionada para que conseguíssemos romper com termos legados pela racionalidade iluminista. *Evocare*, do latim, tanto na tradução para o inglês quanto para o português possui uma mesma semântica. No inglês, estaríamos falando de *call forth* (invocar), *summon* (convocar); no português, *chamar*, *fazer aparecer*, *trazer à lembrança*. Isso nos mostra que existem, sim, racionalidades nos saberes populares e que foram recalçadas pela colonialidade do poder. O espírito colonizador, aquele que se refere ao único detentor e formulador de racionalidades, cai por terra. Aquilo que tinha sido menoscabado passa, agora, a ser alçado ao primeiro plano. Ver: LATDICT. **Evocare**. In: Latin Dictionary & Grammar Resources. Disponível em: <http://weblisting.freemtemplatespot.com/latin-dictionary.net/>. Acesso em: 24 set. 2021.

democracia se produz também em espaços não universitários” (MIGNOLO, 2007b, p. 188 [tradução livre]).¹⁶

Daí em diante aponto dois afluentes que desaguam no *evocar*. O ato dois afigura-se e toma como princípio o *vivenciar* a Educação Patrimonial Decolonial na cotidianidade das relações sociais. Sinalizo que, apesar dos avanços, ainda há certa limitação no funcionamento da Educação Patrimonial. Em minha leitura, essa atuação parece focar em ações circunscritas e pontuais como nos casos de projetos, oficinas de Educação Patrimonial, na elaboração de cartilhas, manuais etc. Uma atuação possível para a Educação Patrimonial Decolonial estaria no campo da cotidianidade dos sujeitos em comunidade. Para isso, caberia alargar as possibilidades de atuação dos (as) profissionais, técnicos (as) e comunidades. Portanto, Educação Patrimonial Decolonial é entendida enquanto *vivência*. Sendo *vivência*, é passível de praticá-la nas esquinas das ruas, nas mesas de bares, na realização de exercícios físicos ao ar livre, nas reuniões familiares, nas festas com amigos (as), em conversas por meio das redes sociais digitais, no cárcere. Em síntese, em todo campo social que viabilize sociabilidades. A Educação Patrimonial Decolonial se edifica no dia a dia, no comum, no ordinário.

Essa forma de cortejar a Educação Patrimonial Decolonial liberta e, ao mesmo tempo, leva à clandestinidade das ações. Digo que os procedimentos estabelecidos por essa tecnologia também se concretizam no silêncio, nas sombras, no fugaz, no invisível e indizível. Um laboratório do vivido. Descubrem-se veredas onde as atitudes dialógicas de compreensão dos bens culturais com as comunidades são significativas. Amplia o leque de possíveis e acirra contatos. Oblitera desconfianças nas empreitadas etnográficas, dirimindo hierarquias, e o agente passa a compor o nicho comunal com maior naturalidade. Portanto, é esse espalhamento da Educação Patrimonial Decolonial que proponho.

¹⁶ [Original] La producción de conocimientos para promover la democracia se produce también en espacios no universitarios”.

O ato três. Esse último se ampara na *correlação dos saberes*. Em inglês, *correlation* significa “relação mútua, interdependência, interconexão”¹⁷. No francês, teríamos *corrélacion*. O que estou sugestionando é que os saberes populares e científicos podem ser pensados numa configuração correlacionada. Sabe-se que não existe forma de conhecimento capaz de explicar todos os fenômenos naturais, humanos e sobrenaturais. A iniciativa de uma Educação Patrimonial Decolonial não se pauta exclusivamente pelos saberes dos Outros, ou melhor, dos não-europeus. Acredito que o ponto de partida se dá através das expressões populares. Todavia, quando conscientes estivermos da magnitude desses saberes marginalizados historicamente, aí é a hora do estabelecimento de uma *correlação dos saberes* ou, para usar a palavra de Díaz Pérez, a interculturalidade.

Não é demais esclarecer que a decolonialidade não planeja voltar-se a um “purismo cultural”, em que as culturas neguem e eliminem seu intercâmbio com outras sociedades; postura, por certo, utópica ou, pelo menos, nada simples de realizar, além de nociva para qualquer povo. Sua apreciação crítica está mais focada em pensar uma paridade de intercâmbio cultural, sobretudo no que se refere ao intercâmbio de saberes, ao respeito das identidades e ao fortalecimento de um diálogo intercultural (2017, p. 131).¹⁸

No tocante à *correlação dos saberes*, percebo a Educação Patrimonial Decolonial, também munida dos saberes científicos, pode contribuir para que se evitem acidentes no manuseio e na confecção das espadas. Ao invés de negar, passaria a formular estratégias, por exemplo: a regulamentação da produção das espadas, dirimindo drasticamente a possibilidade de danos; e conteúdos regulares e permanentes que articulassem a cultura local e a educação na formação dos jovens para o Patrimônio Cultural Imaterial, pois mostrei que os saberes são complementares.

¹⁷ [Original] “Mutual relation, interdependence, interconnection”. Ver: ONLINE ETYMOLOGIC DICTIONARY. **Correlation**. In: ONLINE ETYMOLOGIC DICTIONARY. Disponível em: <https://www.etymonline.com/>. Acesso em: 24 set. 2021.

¹⁸ [Original] No está de más aclarar que la decolonialidad no plantea volver a un ‘purismo cultural’, en el que las culturas nieguen y eliminen su intercambio con otras sociedades; postura, por lo cierto, utópica o, por lo menos, nada sencilla de realizar, además de nociva para cualquier pueblo. Su apreciación crítica está más enfocada en pensar una paridad de intercambio cultural, sobre todo en lo referente al intercambio de saberes, al respeto de las identidades y al fortalecimiento de un diálogo intercultural.

Considerações finais

Com seus exatos 11 anos de proibição, e caminhando a contrapelo, espadeiros (as) realizam a manutenção de seus saberes herdados pela oralidade; sustentados (as) por um tempo que se mescla em rupturas e permanências, como demonstrado ao longo de todo o artigo. Há, sem dúvida, uma cultura popular que favorece na constituição de uma comunidade cultural espadeira.

Mostrei ao longo da pesquisa que os saberes populares na confecção das espadas se ligam àqueles que são característicos às instituições educativas formais: pedagógicos, ecológicos, matemáticos e químicos. Lidei apenas com esses quatro explicitamente. Porém, poderíamos ter falado de Economia, Geografia, Pedologia (ciência de estudo dos solos), Linguística, Sociologia, História e mais. Postergarei para próxima ocasião. O importante foi demonstrar como a *pedagogia da espada* é fornecida pelos fazeres dos sujeitos envolvidos, pelos testemunhos das aprendizagens.

Em suma, pensou-se a Educação Patrimonial Decolonial tendo três atos como mote:

1. *Evocar* as racionalidades existentes nas práticas culturais comunitárias;
2. *Vivenciar* a Educação Patrimonial Decolonial na cotidianidade das relações sociais;
3. *A correlação dos saberes* populares e científicos.

Dentre os três atos, o último parece-me ser aquele que apresenta um nível claramente utopista. É óbvio, ainda, e se tratando da realidade social, que esse processo não se dará harmoniosamente. Pierre Bourdieu (1989) nos mostrou que a sociedade nada mais é que um *campo* de permanente disputa. Para que essa disputa se mantenha minimamente em pé de igualdade, o Outro não-europeu precisa assumir posições de poder na tessitura das instituições do Estado.

Pode ser esse um bom retrato para o futuro!

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL. **Parecer técnico: Nº 02/2015 – Seção de Registro – DFPC**. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, 2015.

BRASIL. **Estatuto do Desarmamento**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 66/2010, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994, - 33. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. **Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRITO, George; DAMACENO, Manuela. Atuação estratégica do MP garante festa mais segura em Cruz das Almas e Senhor do Bonfim. **Ministério Público do Estado da Bahia** [internet]. 2019. Publicado em: 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/46994>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo. **A Guerra de Espadas em Cruz das Almas (BA) – (1980-2011)**. 2018. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, PR, 2018.

CEZARINHO, Filipe Arnaldo; DOURADO, Tábata Figueiredo. **No ritmo do fogo**: contos e memórias da Guerra de Espadas na Bahia. Bauru: Gradus Editora, 2021.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra(Org.). **Educação patrimonial**: educação, memórias e identidades. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). João Pessoa: Iphan, 2013. p. 27-31.

CRUZ DAS ALMAS. **Ação de busca e apreensão do Ministério Público do Estado da Bahia Nº 0001047-89.2011.805.0072**. Ministério Público, Cruz das Almas, 2011.

CRUZ DAS ALMAS (BA). **Lei N° 2191/2011, 21 de junho de 2011**. Dispõe sobre os locais proibidos para queima de fogos de artifícios (ESPADAS) no período junino e das medidas para fabricação e declara a queima de espadas Patrimônio Histórico Cultural, Cruz das Almas, 2011.

CRUZ DAS ALMAS (BA). **Lei complementar N° 12/2008, de 04 de dezembro de 2008**. Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, Cruz das Almas, 2008.

CUNHA, Mário Pinto da Cunha. Olimpíada joanina. *In*: SANTOS FILHO, Hermes Peixoto. **São João e as criaturas movidas a fogo veloz**. Cruz das Almas: Fundação Cultural Galeno d' Avelírio. p. 10-12.

DÍAZ PÉREZ, Vianney Rocío. El pensamiento decolonial: una apuesta hacia los saberes ancestrales para la construcción de la identidade latino-americana. **Atualidades pedagógicas**, v. 1, n. 70, p. 125-145, julio-diciembre, 2017.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 22-29.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano. 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31, p. 221-233, 2005.

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73, jul./dez. 2015a.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **Congresso Ibero-Americano de Investigação Qualitativa**, v. 2, p. 243-247, 2015b.

LACERDA, Daniele. São João. **Jornal do Comércio**, Recife, 14 jun. 1995.

LATDICT. **Evocare**. In: Latin Dictionary & Grammar Resources. Disponível em: <http://weblisting.freetemplatespot.com/latin-dictionary.net/>. Acesso em: 24 set. 2021.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Compreender / mediar a formação: o fundante da educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

MACEDO, Roberto Sidnei; Sá. Silva Michele Macedo de. A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entretecimentos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 324-336, jan.abr. 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Comentario Internacional**, n. 7, p. 65-78, II semestre 2006 / I semestre 2007.

MARQUES, Adriano. **Pesquisador e promotor de justiça debatem sobre a Guerra de Espadas em município da Bahia**. Entrevista de Adriano Marques ao Jornal da Manhã. Exibição em 2 jul. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9566912/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Patrimônio cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p. 49-58.

MARTINS FILHO, Moacir Tavares; NARVAI, Paulo Capel. O sujeito implicado e a produção do conhecimento. **Saúde e Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 646-654, out./dez. 2013.

MELO, Luiz Fernando Bastos de. **Espadas de São João, da tradição à proibição. A legalidade da manifestação cultural na cidade de Cruz das Almas – BA**. 2012. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Curso de Direito, Vitória da Conquista, 2012.

MIGNOLO, Walter. **Coloniality: the darker side of Western modernity**. p. 39-49, 2007a. Disponível em: https://www.academia.edu/8843946/Coloniality_the_darker_side_of_Western_modernity. Acesso em: 10 jul. 2021.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento descolonial: reflexiones finales. **Comentario Internacional**, n. 7, p. 186-192, II semestre 2006 / I semestre 2007b.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO GOMÉZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bobotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007c. p. 25-46.

NOBLAT, Ricardo. Sai da frente! **Veja**, 4 jul. 1979.

OLIVEIRA, Adriana da Silva. **Entre a cruz e as espadas: práticas culturais e identidades no São João de Cruz das Almas – BA (1950-1990)**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas, Campus V. 2012.

ONLINE ETYMOLOGYC DICTIONARY. **Correlation**. In: ONLINE ETYMOLOGYC DICTIONARY. Disponível em: <https://www.etymonline.com/>. Acesso em: 24 set. 2021.

PEIXOTO, Rafael Caldas Barros. **Direito e cultura: uma análise jurídica da Guerra de Espadas em Cruz das Almas – Bahia**. 2019. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Ciências e Empreendedorismo, Curso de Direito, Santo Antônio de Jesus – BA, 2019.

PEIXOTO, Rafael Caldas Barros. **A Guerra de Espadas em Cruz das Almas: cultura, turistificação e estigmatização**. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Cachoeira, 2012.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Cultura popular: gestos de ensinar e aprender**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, v. 27, n. 2, p. 168-178, apr. 2007.

REIS NETO, José. A vida vem antes da tradição. **A Tarde**, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Vilma Machado dos. **A Guerra de Espadas**: elemento de reivindicação da tradição junina em Cruz das Almas – BA. 2010. 38 f. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade Maria Milza, Cruz das Almas, 2010

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. – Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p. 193-206.

TAVARES, Raimilson da Silva. **“EU sou espada”**: representação da masculinidade a partir da Guerra de Espadas em Senhor do Bonfim-BA (1967-2010). 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2012.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 27, p. 133-148, jan./jul. 2019.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v. 1, n. 1, p. 41- 60, jan./jul. 2018.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre o seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. p. 38-48.

Uma tradição que morre. **Diário de Notícias**, Salvador, 21 jun. 1968.

WANDERLEY, Rodrigo Gomes. **Guerreiros do fogo**: uma etnografia da morte “anunciada”. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Recebido em fevereiro 2022
Aceito em junho de 2022